

# estudos e pesquisas

Ano I – Nº 13 – Outubro de 2005

## **Os servidores e a política de pessoal da União**



## Os servidores e a política de pessoal da União<sup>1</sup>

**A** despesa de pessoal é um dos itens mais importantes entre os gastos primários<sup>2</sup> da União. Pela relevância, este componente de despesa, entre outras finalidades, deveria refletir um conjunto de políticas voltadas à valorização do servidor público.

No entanto, nos últimos anos, a austeridade fiscal tem restringido a despesa com pessoal e encargos sociais da União, mantendo sua participação praticamente estável em relação ao PIB, em cerca de 5%. É importante destacar que os gastos estão bem abaixo dos limites legais estabelecidos e o número de servidores públicos tem se mantido constante em relação à população total brasileira e mostra-se, inclusive, baixo quando comparado com outros países.

No tocante à questão orçamentária, o governo tem intensificado suas ações visando o equilíbrio fiscal, priorizando a elevação do superávit primário e transferindo boa parte do esforço fiscal para o pagamento de juros e serviços da dívida pública, disponibilizando um volume de recursos insuficiente para o resgate da dívida social e comprometendo a realização de alguns serviços públicos essenciais.

### Situação salarial dos servidores públicos

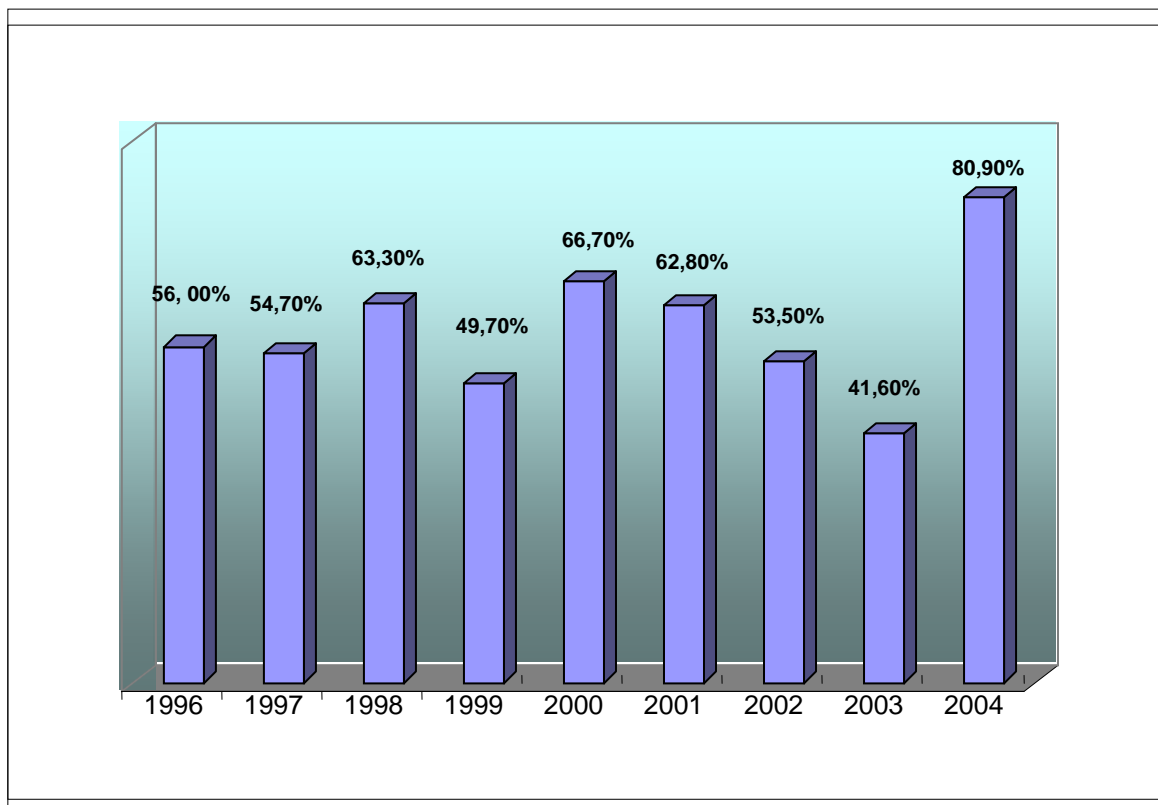
Os levantamentos feitos pelo DIEESE sobre resultado das negociações salariais no setor privado indicam que, ao contrário do que ocorre no setor público, a maioria das categorias obteve a reposição da inflação em sete dos últimos nove anos (Gráfico 1).

---

<sup>1</sup> Produzido pela subseção do DIEESE na CONDSEF para subsidiar a discussão da Direção Executiva da CONDSEF (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e suas entidades filiadas

<sup>2</sup> As Despesas Primárias do Governo Central compreendem os seguintes itens: Pessoal e Encargos Sociais, Benefícios da Previdência, Outras Despesas Obrigatórias e Despesas Discricionárias do Executivo.

**GRÁFICO 1**  
**Reajustes salariais iguais ou superiores ao INPC-IBGE**  
**Brasil - 1996 a 2004**



Fonte: DIEESE. Sistema de Acompanhamento das Contratações Coletivas - SACC

No setor público, para este ano, o governo estabeleceu o percentual de 0,1% para os servidores em geral, como mera observância ao princípio constitucional. Por outro lado, a inflação acumulada segundo o Índice do Custo de Vida (ICV) calculado pelo DIEESE fechou 2004 em 7,7%.

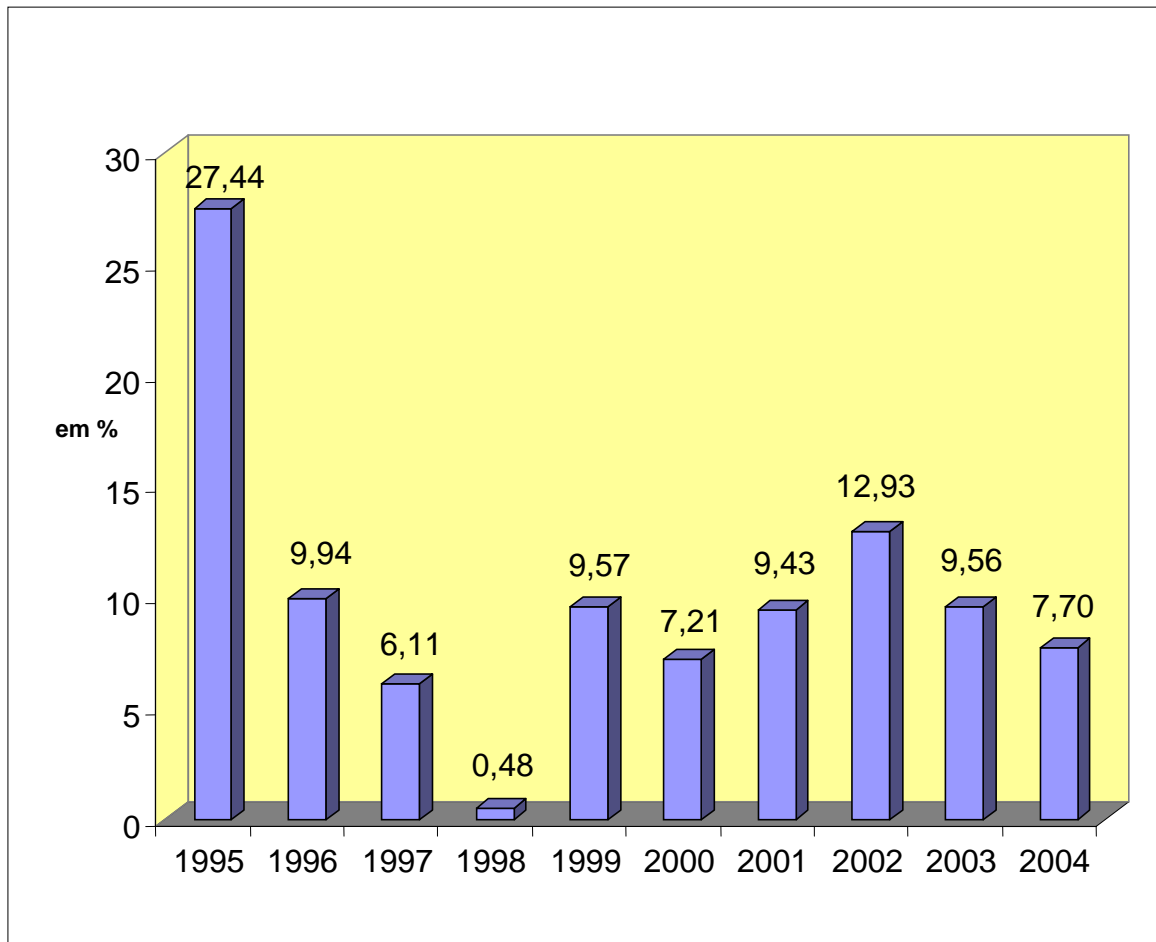
A concessão de reajustes que cumprem apenas formalidade legal tem se tornado prática, ano a ano, após a obrigatoriedade da Revisão geral anual<sup>3</sup>. Assim, os percentuais lineares de reajuste estabelecidos pelo Governo Federal incidentes nos vencimentos básicos dos servidores públicos de todos os Poderes vêm sendo extremamente modestos a ponto de sequer serem suficientes para repor as inflações registradas anualmente.

Em 2002, por exemplo, após inflação de 9,43%, em 2001, o governo, a título de reajuste linear, concedeu o percentual de 3,5%. Ou seja, aproximadamente seis pontos percentuais abaixo da inflação do período. O mesmo se deu em 2003. No ano anterior, a inflação havia sido de 12,93%, mas o governo concedeu reajuste de 1%, acrescido da

<sup>3</sup> Artigo 37 – Inciso X – redação dada pela Emenda Constitucional nº 19, de 1998, e regulamentada pela Lei nº 10.331, de 2001. Vale lembrar que, de 1995 a 2001, não foi concedido qualquer índice de reajuste geral aos Servidores Públicos Federais.

vantagem pecuniária de R\$ 59,87. Já em 2004, não foi concedido nenhum reajuste linear, enquanto a inflação bateu 9,56%, de acordo com o ICV de 2003 (ver Gráfico 2).

**GRÁFICO 2**  
**Inflações anuais - ICV-DIEESE**  
**1995 a 2004**



Fonte: DIEESE

É bem verdade que os servidores acabaram tendo incrementos salariais em suas remunerações<sup>4</sup> entre 1995 a 2004. No entanto, estes aumentos foram bastante diferenciados e resultantes de uma política de Recursos Humanos adotada pelos sucessivos governos que privilegiou a elevação, ou mesmo modificação, das gratificações específicas das carreiras (institucionais, individuais ou ambas).

Vale notar que, em linhas gerais, tais gratificações têm como característica o estabelecimento de pontuações que estão relacionadas ao desempenho institucional e individual. Nesse aspecto, em muitos casos, a atribuição das pontuações ocasiona remunerações diferenciadas dos servidores até mesmo dentro de uma mesma carreira.

<sup>4</sup> A remuneração dos servidores públicos federais do Poder Executivo é constituída de: vencimento básico, indenizações, gratificações e adicionais.

Além disso, os critérios de definição dos valores das gratificações foram também muito diferenciados para ativos, aposentados e pensionistas. Estes últimos, de forma geral, tiveram pontuação mais reduzida e, por essa razão, sofreram maior corrosão salarial.

Não é só devido às gratificações que ocorrem distorções na administração pública federal, mas também por causa da existência de muitas tabelas salariais, altas amplitudes (diferenças entre o maior e o menor salário), falta de referência para remunerações, carreiras genéricas ou específicas.

Na questão salarial, sucessivos governos têm privilegiado as discussões acerca das gratificações específicas das carreiras em detrimento dos vencimentos básicos. Assim, existem enormes distorções tanto nos vencimentos básicos como nas remunerações no setor público federal.

Para se ter uma idéia, os vencimentos básicos iniciais das tabelas das carreiras apresentam um amplo leque salarial, chegando, em alguns casos, a diferenças que ultrapassam 5.800%. É o caso, por exemplo, de servidores do nível auxiliar do PCC (Plano de Classificação de Cargos), grupo em que alguns chegam a apresentar vencimento básico de apenas R\$ 79,40<sup>5</sup>, valor inferior ao salário mínimo. Para outros cargos do serviço público, o vencimento básico chega a R\$ 4.694,98.

Quando se comparam, também, **os vencimentos básicos** no final das tabelas das carreiras, chega-se a um leque salarial de mais de 2.639% já que alguns valores dos vencimentos variam de R\$ 221,89 a R\$ 6.077,95 (ver Quadro 1).

**QUADRO 1**  
**Amplitude dos Vencimentos Básicos dos servidores federais do executivo em dezembro/2004**

Menor Vencimento Básico no inicial das tabelas salariais das carreiras (A)	R\$ 79,40
Maior Vencimento Básico no inicial das tabelas salariais das carreiras (B)	R\$ 4.694,98
Amplitude (B/A)	5.813%
Menor Vencimento Básico no final das tabelas salariais das carreiras (A)	R\$ 221,89
Maior Vencimento Básico no final das tabelas salariais das carreiras (B)	R\$ 6.077,95
Amplitude (B/A)	2.639%

Fonte: Ministério do Planejamento. Secretaria de Recursos Humanos. Dez.2004  
Elaboração: DIEESE

<sup>5</sup> Para que os vencimentos básicos atinjam o valor do salário mínimo, a Lei 8.112/90 estabelece que seja paga adicionalmente uma “parcela complementar do salário mínimo”.

Esse comportamento, bastante diferenciado dos vencimentos básicos, reflete-se também na **remuneração total** dos servidores públicos federais do Executivo, setor em que as diferenças chegam a superar 600% de amplitude (ver Quadro 2).

**QUADRO 2**  
**Amplitude das remunerações dos servidores federais do executivo: Níveis Superior, Intermediário e Auxiliar – Dezembro de 2004**

<b>Nível Superior</b>	<b>Remuneração inicial</b>	<b>Remuneração final</b>
Menor salário (A)	R\$ 1.246,15	R\$ 2.030,44
Maior salário (B)	R\$ 7.863,80	R\$ 10.426,42
Amplitude (B/A)	513%	414%
<b>Nível Intermediário</b>	<b>Remuneração inicial</b>	<b>Remuneração final</b>
Menor salário (C)	R\$ 598,03	R\$ 1.409,47
Maior salário (D)	R\$ 4.336,29	R\$ 6.243,81
Amplitude (D/C)	625%	343%
<b>Nível Auxiliar</b>	<b>Remuneração inicial</b>	<b>Remuneração final</b>
Menor salário (E)	R\$ 704,26	R\$ 891,43
Maior salário (F)	R\$ 2.886,87	R\$ 2.886,87
Amplitude (F/E)	310%	224%

Fonte: Ministério do Planejamento. Secretaria de Recursos Humanos. Dez.2004  
Elaboração: DIEESE

É importante destacar que os valores das gratificações das carreiras também oscilam bastante. No caso das informações iniciais das tabelas salariais, os valores variam de R\$ 179,39 a R\$ 7.345,03, o que representa uma diferença de aproximadamente 4.000% nas gratificações. No final<sup>6</sup> das tabelas, a diferença é de 4.357%, já que os valores variam de R\$ 218,90 a R\$ 9.756,98.

Sendo assim, fica evidente, na composição dos salários dos servidores, o expressivo percentual que as gratificações representam na composição salarial, indicando, portanto, a significativa parcela variável na remuneração dos servidores públicos federais.

A partir das informações do Ministério do Planejamento<sup>7</sup>, verifica-se que o peso de tais gratificações chega a corresponder entre **22,85%** e **94,13%** da remuneração total no inicial das tabelas das carreiras e de **22,56%** a **93,58%**, no final das respectivas tabelas salariais.

<sup>6</sup> Como as tabelas salariais das carreiras são compostas de várias classes e padrões, quando se fala em inicial da tabela, representa a primeira classe e padrão da tabela respectiva, o mesmo ocorrendo para o caso do final da tabela, onde são considerados a última Classe e Padrão da tabela salarial das várias carreiras.

<sup>7</sup> Tabela de Remuneração dos Servidores Públicos Federais do Ministério do Planejamento/ Secretaria de Recursos Humanos – Dezembro de 2004.

É importante destacar que, analisando a evolução da inflação e dos vencimentos básicos<sup>8</sup>, enquanto de janeiro/95 a dezembro/2004 o custo de vida acumulado segundo o ICV/DIEESE variou 155,89%, as revisões gerais anuais foram de apenas 4,53%<sup>9</sup>, o que resultaria em um reajuste necessário de 144,79%, face à constatação de que muitas carreiras no setor público não tiveram incorporadas algumas gratificações específicas de seus respectivos vencimentos, principalmente a chamada GAE (Gratificação de Atividade Executiva de 160% sobre o Vencimento Básico).

## **Gastos com pessoal**

A contenção com gastos de pessoal nos últimos anos, contrapõe-se à elevação das receitas da União. A Receita Corrente Líquida (RCL)<sup>10</sup>, entre 1995 e 2004 variou 294%, o que correspondeu a um crescimento médio anual de 16%. Já a Receita Corrente da União (RCU), com crescimento médio anual de 15%, superou o percentual de 254% no mesmo período (ver Gráfico 3).

No que se refere às despesas de pessoal, a variação foi de 111%, bem inferior ao crescimento das receitas. Não se pode esquecer que tal elevação foi influenciada, sobretudo, pelo critério de incrementos salariais ocorridos para algumas carreiras, por conta de suas gratificações específicas modificadas ou instituídas de 1995 a 2004.

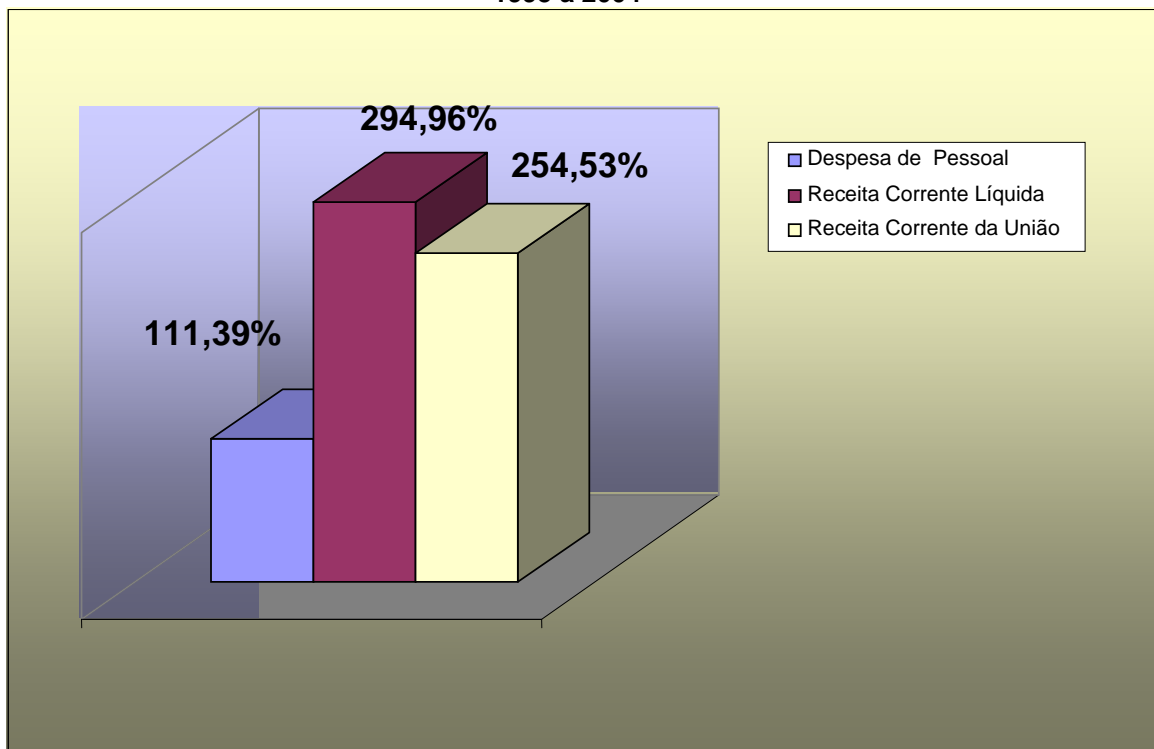
---

<sup>8</sup> Sem levar em consideração as gratificações específicas das carreiras.

<sup>9</sup> Nesse caso, o cálculo do reajuste necessário desconsidera as melhorias salariais concedidas a alguns grupos de carreiras ou cargos no setor Público Federal, bem como os índices resultantes da diferença entre os 28,86%, deduzidos os acréscimos percentuais decorrentes da aplicação da Lei 8.627 de 19/02/93, a parcela complementar do salário mínimo concedida a algumas referências salariais a partir de abril/2000 e ainda a vantagem pecuniária de R\$ 59,87.

<sup>10</sup> A Receita Corrente Líquida corresponde à Receita Corrente da União menos transferências constitucionais e legais; contribuição para o PIS/PASEP; benefícios previdenciários. Das Receitas Correntes estão deduzidos os valores relativos aos incentivos e às restituições fiscais.

**GRÁFICO 3**  
**Varição da Receita Corrente Líquida, Receita Corrente da União e despesas com pessoal 1995 a 2004**



Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração DIEESE

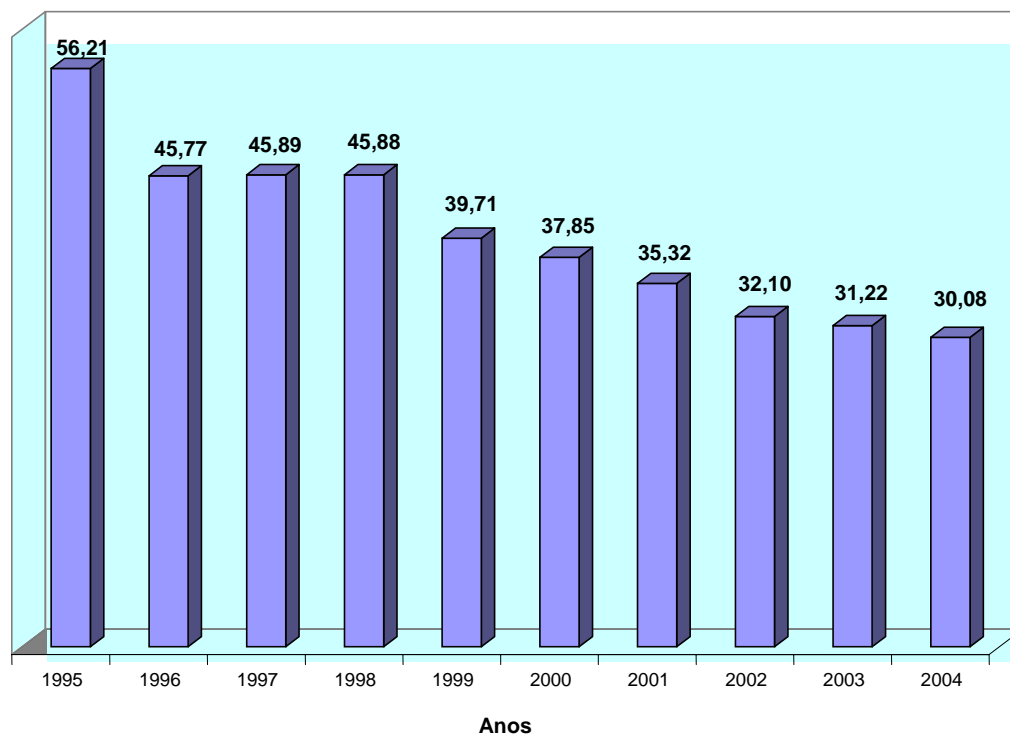
Com as alterações ocorridas nos limites da Despesa com Pessoal e Encargos da União em relação a RCL - que passou de 60% para 50% com o advento da Lei Complementar 101 (Lei de Responsabilidade Fiscal) em substituição à antiga Lei Camata<sup>11</sup> - a relação entre a Despesa de Pessoal e a Receita Corrente Líquida vem decrescendo, ano a ano.

Em 1995, por exemplo, essa relação chegou a ser de 56,21%, ao passo que, em 2004, verificou-se uma queda acentuada para o patamar de 30%. Isso mostra, claramente, que há possibilidades, inclusive sob o ponto de vista legal, para se estabelecer uma política salarial que valorize o servidor público (ver Gráfico 4).

<sup>11</sup> Lei Complementar 82. Com o surgimento da Lei Complementar 101 (LRF), revogou-se também a Lei Complementar nº 96 de maio/99 que disciplinava, também, os limites de despesa com pessoal.

**GRÁFICO 4**  
**Relação entre Despesa de Pessoal e Receita Corrente Líquida**  
**1995 a 2004**

(em %)



Fonte: Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional  
Elaboração: DIEESE

## Arrecadação do governo

A queda na relação das despesas de pessoal frente a receita corrente líquida tem sido favorecida pelo aumento da arrecadação do governo. Segundo o Tesouro Nacional<sup>12</sup>, no quadrimestre que vai de janeiro a abril de 2005, o resultado do Tesouro foi 23,2% superior ao obtido em igual período de 2004, resultado do bom desempenho do IRPJ<sup>13</sup> e da CSLL<sup>14</sup>.

Associados à boa performance de arrecadação do imposto de renda, o aumento das transferências por conta dos *royalties* de petróleo e a repartição da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) resultaram em aumento de 21,8% nas transferências para estados e municípios, no primeiro quadrimestre de 2004.

<sup>12</sup> Boletim "Resultado do Tesouro Nacional" do Ministério da Fazenda de Maio de 2005.

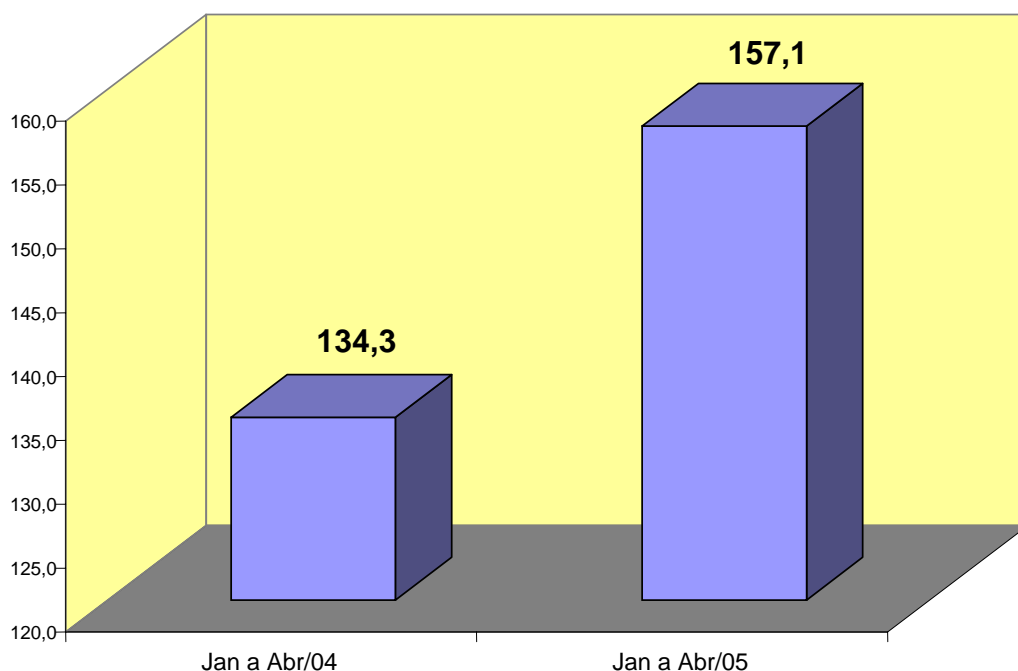
<sup>13</sup> IRPJ – Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

<sup>14</sup> CSLL – Contribuição Social sobre Lucro Líquido.

Segundo o relatório da execução orçamentária do Governo Federal, houve crescimento de mais de R\$ 22 bilhões, em termos nominais, de janeiro a abril de 2005, o que representou elevação de 17% em relação ao quadrimestre anterior (Ver Gráfico 5).

**GRÁFICO 5**  
**Receitas Realizadas**  
**2004 a 2005**

(em bilhões R\$)



Fonte: Relatório resumido da Execução Orçamentária do Governo Federal 2005  
Elaboração: DIEESE

## As prioridades do governo

Um dos grandes entraves citados pelo governo e que tem se expressado nas sucessivas peças orçamentárias enviadas pelo governo para apreciação do Legislativo (LDOs e LOAs<sup>15</sup>), em relação aos cenários macroeconômicos traçados, é a chamada redução da relação Dívida *versus* PIB.

É bem verdade que vários fatores contribuíram e ainda influem para que o montante da dívida alcance o patamar em que se encontra atualmente, mas não se pode negar que, apesar da mudança do perfil dessa dívida, em que a variação cambial deu

<sup>15</sup> LDOs – Lei de Diretrizes Orçamentárias. LOAs – Leis Orçamentárias Anuais.

lugar a uma maior composição de títulos pré-fixados, ainda assim, a política de juros altos atualmente em vigor vem incidindo sobre um volume expressivo da dívida, resultando assim em maior comprometimento com juros.

Por conta da busca da diminuição da relação Dívida *versus* PIB, intensificou-se também o processo de geração de superávits primários<sup>16</sup>. O superávit primário constituiu-se em um mecanismo fiscal que vem contribuindo, sobretudo, para manter em dia o pagamento da dívida pública. Ocorre que esta mesma dívida e seu serviço se expandem a cada ponto percentual de elevação da taxa básica de juros.

As metas estabelecidas para o superávit têm sido superadas em praticamente todos os anos. Em 2004, por exemplo, a meta fixada de 4,25% foi ultrapassada e fechou o ano com a expressiva marca de 4,58% do PIB, o que naturalmente dificulta o direcionamento de recursos para políticas de valorização do servidor público, como também para a área social e de investimentos do governo.

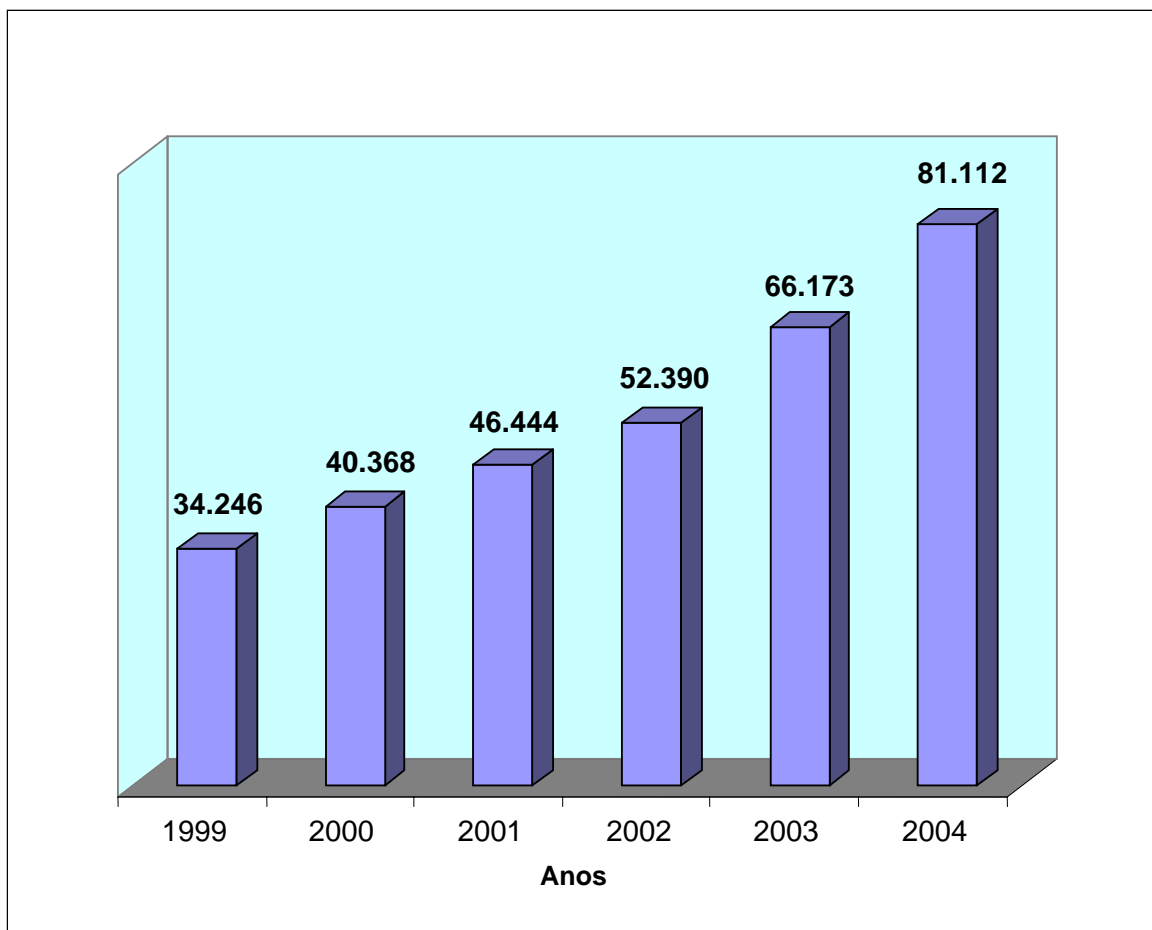
Segundo informações do Banco Central, a geração de superávits (receitas menos despesas, exceto juros) se intensificou a partir de 1999, quando já eram economizados R\$ 34 bilhões para pagamento dos juros, e elevou-se, a partir de então até 2004 - período em que se alcançou o valor de mais de R\$ 80 bilhões (ver Gráfico 6).

---

<sup>16</sup> O cálculo do superávit primário leva em conta as receitas menos as despesas, não incluídos nessas últimas os recursos destinados ao pagamento dos juros da Dívida Pública Interna e Externa. Por isso chama-se superávit “primário” (para diferenciar do déficit ou superávit totais, que inclui os pagamentos de juros da dívida).

**GRÁFICO 6**  
**Superávit primário da União**  
**1999 a 2004**

(em R\$ milhões)

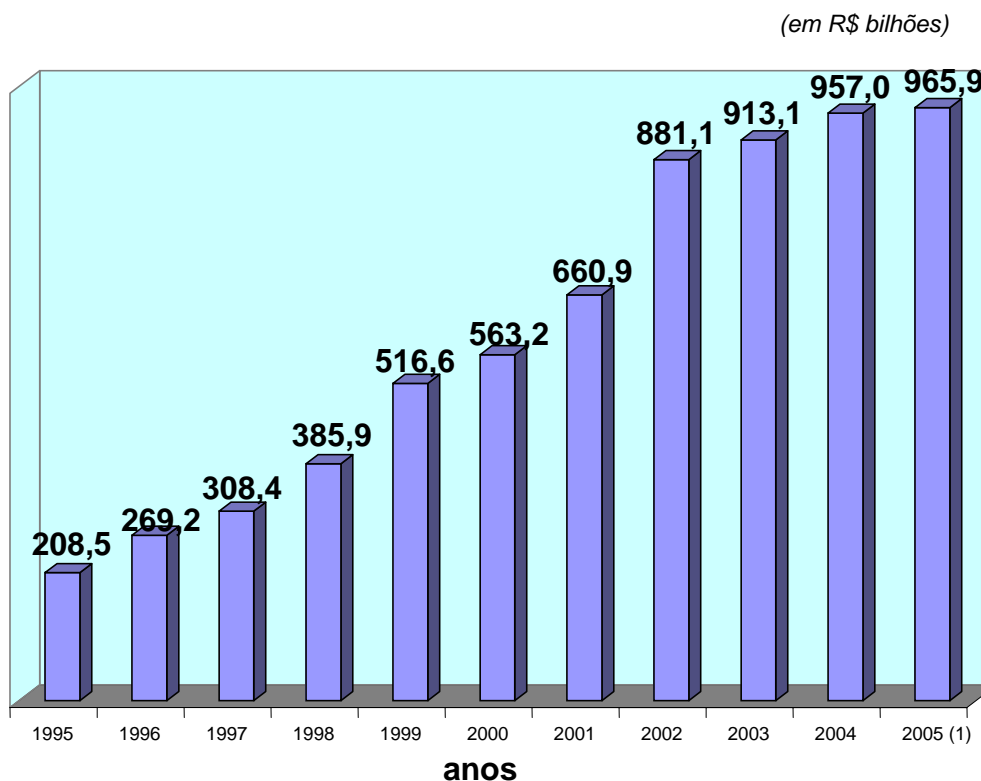


Fonte: Bacen, Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização do Congresso Nacional. Nota técnica 02/05  
Elaboração: DIEESE

Ainda assim, apesar dos sucessivos recordes de arrecadação e de geração de superávits primários<sup>17</sup>, o volume da dívida, mesmo tendo pequena queda em relação ao PIB no último ano, ainda é significativo. Segundo dados do Banco Central (Bacen), a dívida líquida do setor público superou a marca dos R\$ 960 bilhões, seguindo trajetória ascendente excepcional de 1995 a 2005 (ver Gráfico 7).

<sup>17</sup> Em nove meses, o setor público (Governo Federal, estados e municípios) já superou a meta de superávit fiscal fixada para o ano. A economia realizada, até setembro, para pagamento de juros da dívida, chegou a R\$ 86,502 bilhões, R\$ 3,752 bilhões além da meta. A economia corresponde a 6,1% do Produto Interno Bruto, nível mais elevado desde que o Banco Central passou a calcular o índice, em 1991.

**GRÁFICO 7**  
**Dívida Líquida do Setor Público**  
**1995 a 2005**

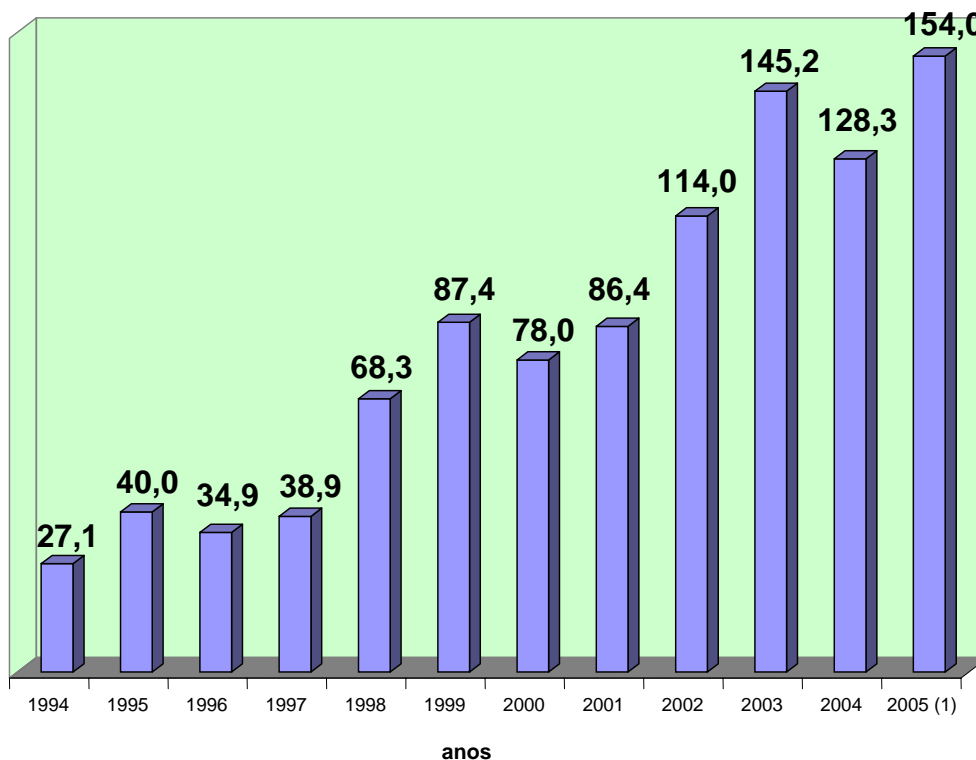


Fonte: Banco Central  
Elaboração: DIEESE  
Nota: 1) Dado de março

É devido a esse crescimento do volume da dívida pública que a despesa com encargos segue também trajetória de alta, impulsionada, ainda mais pelos apertos na política monetária patrocinada pelo Banco Central, pela qual a prática de juros altos (Gráfico 8) ocasiona também comprometimento ainda maior com juros dessa dívida.

**GRÁFICO 8**  
**Estimativa de despesas com juros da dívida pública**  
**1994 a 2005**

(em bilhões de R\$)

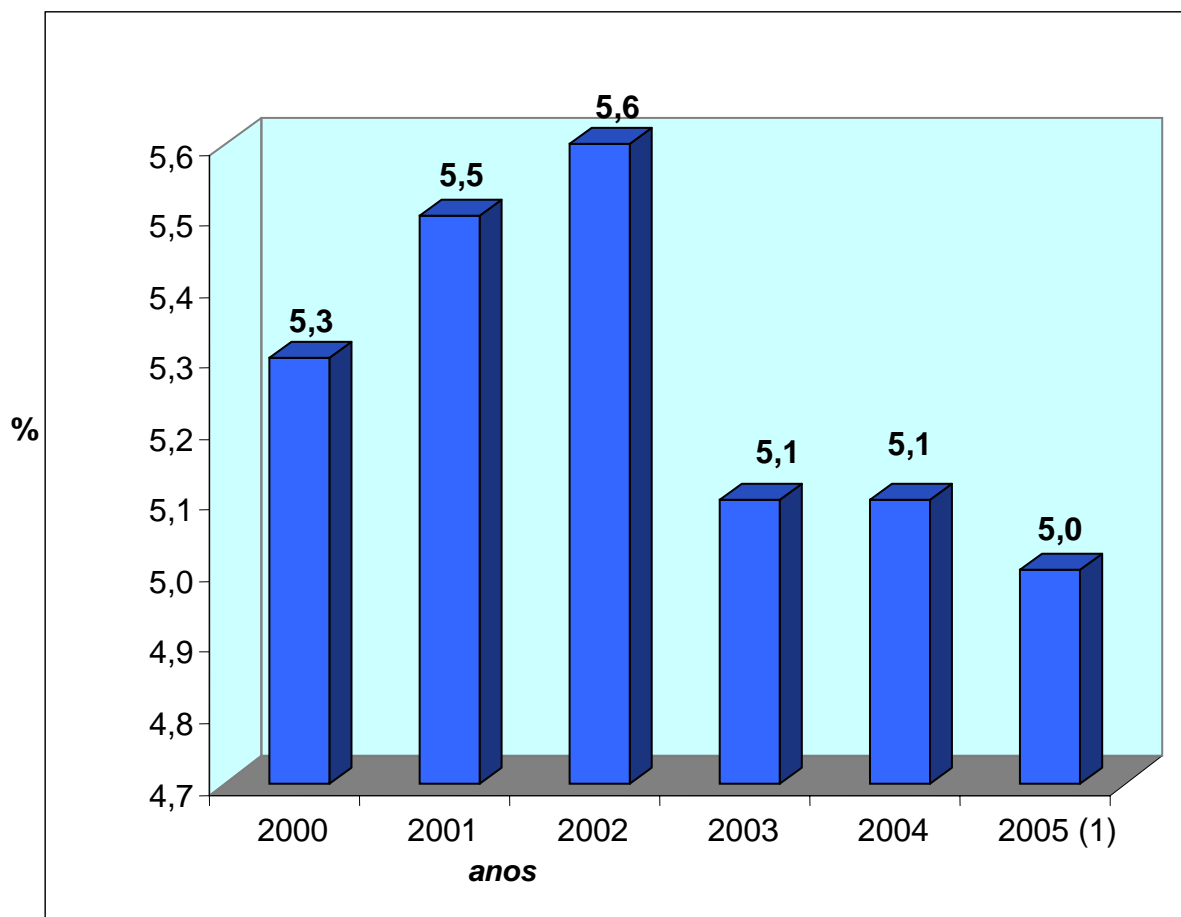


Fonte: Banco Central  
 Elaboração: DIEESE  
 Nota: 1) 2005 – estimativa

Além disso, enquanto o governo estabelece como uma de suas prioridades a geração de superávit primário, as despesas de pessoal da União vêm se mantendo estáveis desde 2000, em patamares que giram em torno de 5% a 5,6% do PIB. Essa despesa corresponde aos gastos com pessoal dos três poderes da União, incluindo ativos e inativos, civis e militares (Gráfico 9).

**GRÁFICO 9**  
**Despesas de Pessoal e Encargos da União**  
**2000 a 2005**

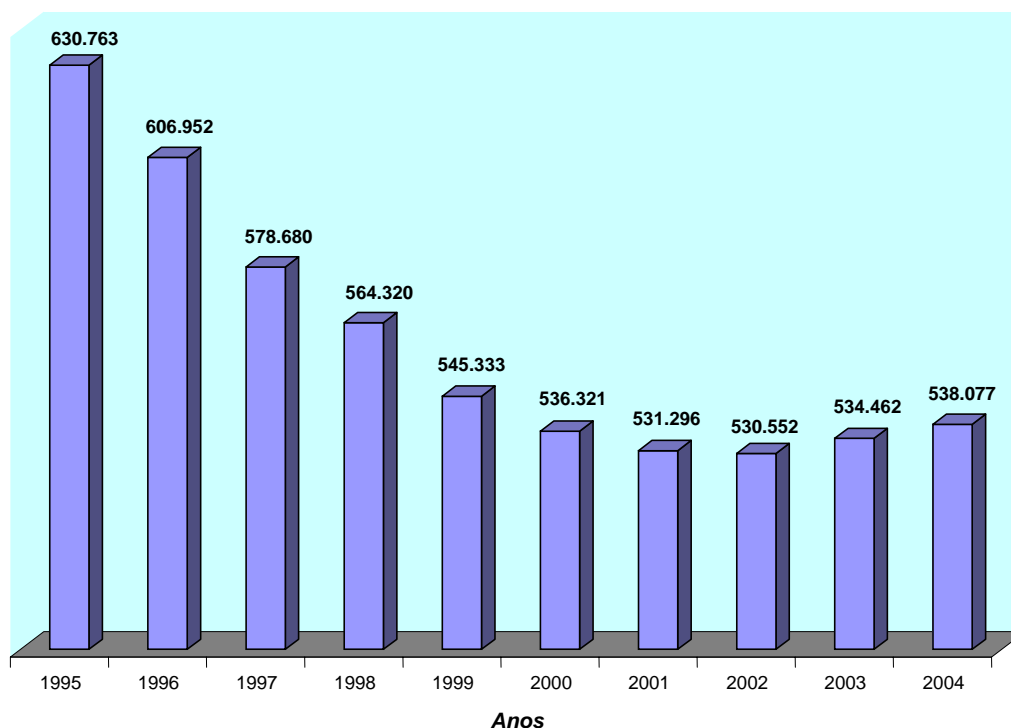
(em % do PIB)



Fonte: Tesouro Nacional - MF  
Elaboração: DIEESE  
Nota: 1) 2005 – projeção

No início de 1995, o quadro de servidores civis do executivo era composto por 55,26% de ativos e 44,74% de aposentados e pensionistas. Atualmente, o percentual de ativos está em 45,97% de ativos e o de aposentados e pensionistas em 54,03%. Ou seja, o número de servidores civis caiu de 630.763 servidores ativos, em 1995, para 538.077 ativos em 2005 (ver Gráfico 10).

**GRÁFICO 10**  
**Número de servidores ativos civis do Poder Executivo-**  
**1995 a 2004**



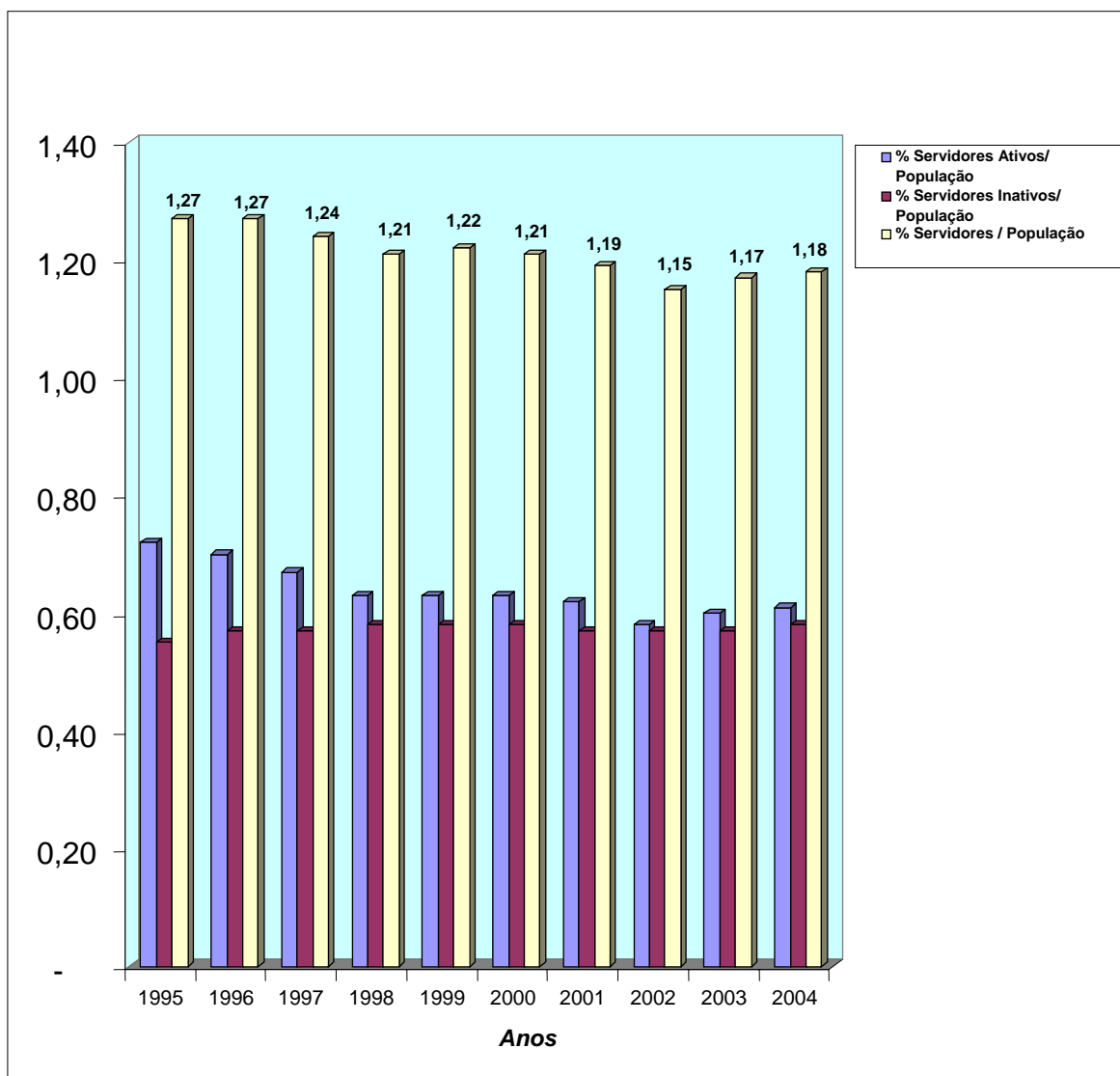
Fonte: Ministério do Planejamento. SRH  
 Elaboração: DIEESE

Nota-se que, mesmo quando são considerados todos os servidores (ou seja, ativos, aposentados e pensionistas) continua havendo gradual diminuição da relação entre o número de servidores como proporção da população geral.

Verifica-se também que, embora tenha ocorrido crescimento nos últimos anos, o número de aposentados e pensionistas em relação à população total vem se mantendo estável no período de 1995 a 2004. (Ver Gráfico 11).

**GRÁFICO 13**  
Número de servidores ativos e inativos como proporção da população,  
Brasil, 1995 a 2004

(em percentual)



Fonte: Ministério da Fazenda. Tesouro Nacional  
Elaboração: DIEESE

Quando a comparação é feita no âmbito internacional, percebe-se que são grandes as disparidades existentes no Brasil diante dos demais países. Em relação ao grupo de países da América Latina, o Brasil é o que tem a menor taxa de servidores públicos federais em atividade, comparativamente à População Economicamente Ativa - PEA, com apenas 1% (Quadro 3).

**QUADRO 3**  
**Servidores Públicos como Percentual da PEA**  
**América Latina – 1999**

<b>Países</b>	<b>Quantidade de Serv. Gov. Central como (%) da PEA</b>
Argentina	2,5%
Bolívia	5,5%
Chile	1,2%
Colômbia	1,5%
Costa Rica <sup>(1)</sup>	10,3%
<b>Brasil</b>	<b>1,0%</b>

Fonte: Banco Mundial – CLAD; IBGE; Banco Central e SEGES/CC/PR; Presidência da República – Casa Civil – Secretaria de Gestão – Estudo Breve diagnóstico da Administração Pública Federal – fev/04

Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Governo Central e Municipal

O mesmo acontece quando a comparação é feita em relação a países membros da OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – que poderiam apresentar uma dimensão menor do emprego público, dado as dinâmicas diferenciadas de desenvolvimento econômico experimentada por estes países, quando comparado com os países latino-americanos. (Ver Quadro 4).

**QUADRO 4**  
**Servidores Públicos como Percentual da PEA**  
**OCDE – 1999**

<b>Países</b>	<b>Quantidade Serv. Gov. Central como % da PEA</b>
Canadá	2,1%
R.Tcheca <sup>(1)</sup>	8,8%
França <sup>(2) (3)</sup>	8,6%
Itália <sup>(4)</sup>	6,9%
Coréia do Sul <sup>(5)</sup>	2,6%
Espanha <sup>(6)</sup>	4,7%
México <sup>(7)</sup>	2,2%
Nova Zelândia	10,1%
Turquia	1,3%
EUA	2,0%
<b>Brasil<sup>(8)</sup></b>	<b>1,0%</b>

Fonte: OCDE, IBGE, Banco Central e SEGES/CC/PR. Estudo: “Breve diagnóstico da Administração Pública Federal” – fev/04 – Presidência da República – Casa Civil – Secretaria de Gestão.

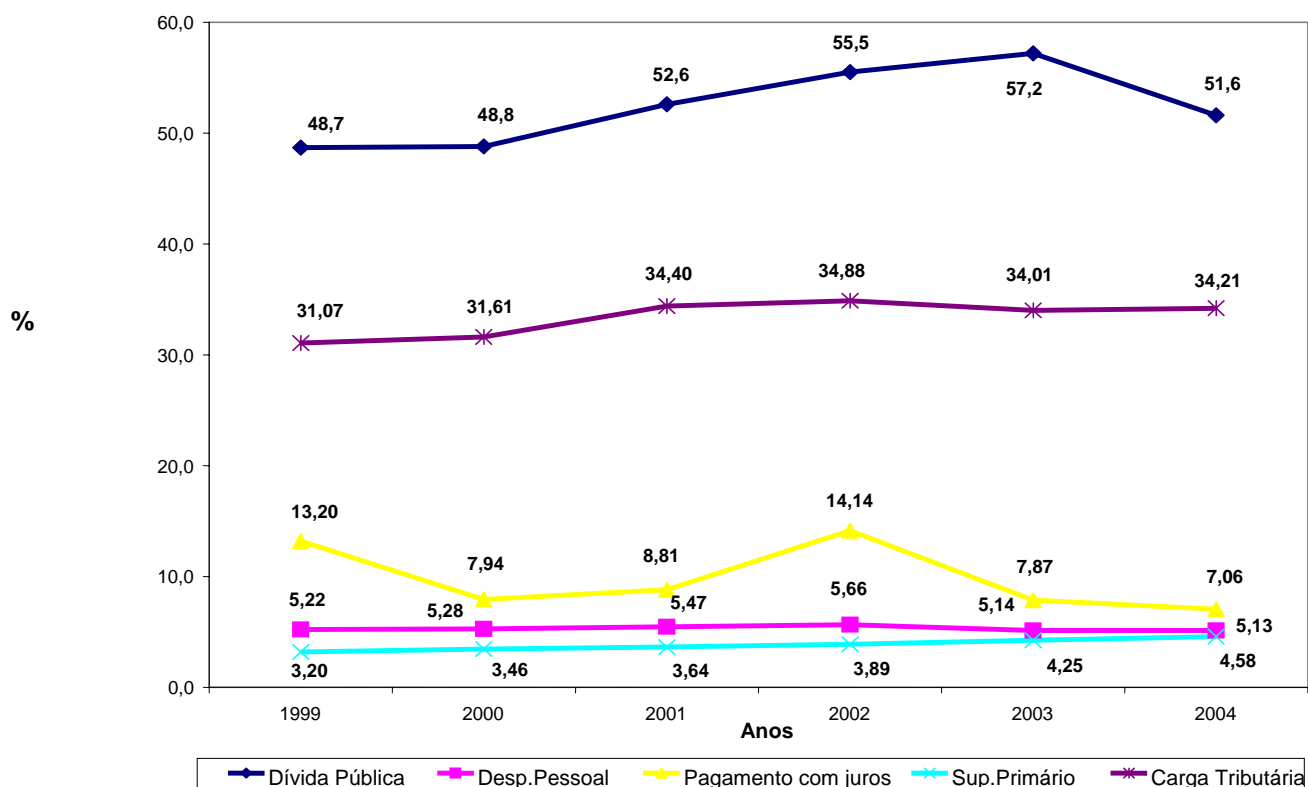
Elaboração: DIEESE

Nota: 1) Governo Central e Municipal; 2) Dados de 1998; 3) Governo Central; 4) Governo Central; 5) Governo Central e regional; 6) Dados de 2000; 7) Governo Central; 8) Governo Central exclui dados das Empresas e Sociedades de Economia Mistas; Estimado a partir da população ocupada (4,6%) da PNAD – dados IBGE.

Constata-se que a atual política econômica tem se pautado pela austeridade fiscal, o que traz reflexos sobre as políticas públicas. A Receita Tributária vem

crecendo, associada a uma contração dos gastos públicos em determinadas áreas. Metas de elevado superávit vêm sendo superadas. Em 1999, essa relação foi de 3,2% e em 2004, saltou para 4,58%. Comportamento igualmente expressivo observa-se na relação do pagamento dos juros e serviços da dívida, que nos últimos anos comprometeram mais de 7% do PIB (Ver Gráfico 12)<sup>18</sup>.

**GRÁFICO 12**  
**Evolução de alguns Indicadores em relação ao PIB**  
**1999 a 2004**



Fonte: POCHMANN, Márcio. *Opus cit.*

Enquanto isso, os gastos com pessoal vêm apresentando resultados praticamente uniformes, em cerca dos 5% do PIB, demonstrando que se o esforço fiscal tiver que ser intensificado não será por conta das despesas com pessoal e encargos. Ao contrário, já foi destacada a possibilidade, inclusive em termos legais, de ampliar destinação de recursos para as despesas com pessoal, pois os limites da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) estão bem abaixo dos parâmetros estabelecidos.

<sup>18</sup> Informações contidas no estudo “Evidências recentes na relação entre gastos social e desigualdade de renda no Brasil” – Campinas - Maio de 2005 - de Márcio Pochmann.

## Conclusão

As prioridades estabelecidas pelo governo, dentre elas a questão do superávit, têm se revertido em contenção de despesas e aperto fiscal. Aumentos na arrecadação de tributos vêm sendo combinados com restrições nas despesas com pagamento de servidores públicos, aposentados e com gastos sociais.

O esforço fiscal e a política monetária em curso também têm restringido a maior expansão das atividades econômicas e do investimento público da União.

Vale lembrar que, apesar das definições já estabelecidas no orçamento para esse ano, novos recursos poderão ser aportados, caso se verifique, ao longo de 2005, (como ocorreu, por exemplo, no primeiro quadrimestre desse ano e tem acontecido regularmente) excesso de arrecadação federal em relação às previsões orçamentárias.

Nesse sentido, a expectativa é que esse eventual volume adicional de recursos seja direcionado justamente para atender a outras prioridades, que não a geração de maior superávit primário. Além disso, é importante lembrar que na elaboração dos próximos Orçamentos Públicos, a sociedade deveria participar de forma mais ativa, junto com o Executivo, das discussões de estabelecimento das futuras prioridades orçamentárias.

## Referências Bibliográficas

ALVES, Eduardo. **Esclarecer, organizar e mobilizar para lutar melhor**. Brasília: CONDSEF, [s.d.]. Assessor Político da CONDSEF.

CONDSEF. **Cartilha política salarial hora de conquistar e reconhecer o valor do trabalhador no serviço público**. Brasília, [s.d.].

CONGRESSO NACIONAL – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. **Orçamento para 2005: relatório final**. Brasília, 27 dez. 2004;

DIEESE. **Conjuntura econômica favorece resultados das negociações**. São Paulo, mar. 2005;

DIEESE. Subseção/CONDSEF. **Quanto representam as gratificações de várias carreiras em relação às remunerações totais**. Brasília, abr. 2005.

DIEESE. Subseção/CONDSEF. **Tabela indicadores econômicos**, Brasília, n. 5, maio 2005.

DIEESE. Subseção/CUT Nacional. **Elementos para a construção de uma política salarial para os servidores públicos federais**. São Paulo, abr. 2005. Nota Técnica.

FÓRUM BRASIL DO ORÇAMENTO – FBO. **Superávit primário**. [S.l: S.n.], 2004. (Cadernos para Discussão).

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Secretaria do Tesouro Nacional, Coordenação-Geral de Contabilidade, Gerência de Informações Contábeis. **Relatório resumido da execução orçamentária do Governo Federal**. Brasília, abr. 2005.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. Secretaria de Recursos Humanos. **Tabela de remunerações dos servidores públicos federais**. Brasília, n. 15, dez. 2004.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Casa Civil e Secretaria de Gestão. **Breve diagnóstico da administração pública federal: análises e proposições sobre estruturas e dimensionamento da força de trabalho**. Brasília, fev. 2004.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Tesouro Nacional. **Pessoal e encargos sociais da União**. Brasília, maio 2005.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Tesouro Nacional. **Resultado do Tesouro Nacional**. Brasília, maio 2005.

POCHMANN, Márcio. **Evidências recentes na relação entre gastos social e desigualdade de renda no Brasil**. Campinas, [S.n.], maio 2005

## **DIEESE**

### **Direção Executiva**

Carlos Andreu Ortiz – Presidente  
STI. Metalúrgicas de São Paulo  
João Vicente Silva Cayres – Vice-presidente  
Sind. Metalúrgicos do ABC  
Antonio Sabóia B. Junior – Secretário  
SEE. Bancários de São Paulo  
Mônica Oliveira L. Veloso – Diretora  
STI. Metalúrgicas de Osasco  
Paulo de Tarso G. Paixão – Diretor  
STI. Energia Elétrica de Campinas  
Zenaide Honório – Diretora  
APEOESP  
Pedro Celso Rosa – Diretor  
STI. Metalúrgicas de Curitiba  
Paulo de Tarso G. B. Costa – Diretor  
Sind. Energia Elétrica da Bahia  
Levi da Hora – Diretor  
STI. Energia Elétrica de São Paulo  
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor  
Femaco – FE em Asseio e Conservação do  
Estado de São Paulo  
Mara Luzia Feltes – Diretora  
SEE. Assessoria Perícias e Porto Alegre  
Célio Ferreira Malta – Diretor  
STI. Metalúrgicas de Guarulhos  
Eduardo Alves Pacheco – Diretor  
CNTT/CUT

### **Direção técnica**

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico  
Ademir Figueiredo – coordenador estudos e  
desenvolvimento  
Nelson C. Karam – coordenador de relações  
sindicais

Francisco C. Oliveira – coordenador de pesquisas

### **Condsef**

Secretaria Geral: Josemilton Maurício da Costa –  
RJ  
Secretaria de Finanças: Pedro Armengol de  
Souza – PI  
Secretaria de Administração: Gilberto Cordeiro  
Gomes – DF  
Secretaria de Imprensa: Sérgio Ronaldo da Silva  
– PE  
Secretaria de formação: Edison Vitor Cardone –  
DF  
Secretaria Jurídica: Lírio José Téo – SC  
Secretaria de Políticas Públicas: Maria das  
Graças Oliveira - PE  
Secretaria Internacional: Ismael José César – DF  
Secretaria de Aposentados: Neide Rocha Cunha  
Solimões - PA

### **Equipe técnica responsável**

Max Leno de Almeida  
Nelson Karam

### **Revisão técnica**

Geni Marques  
Iara Heger